



Ruralidades, ambiente e sociedade: percursos de pesquisas

Rodrigo Constante Martins¹

Jéssica Pires Cardoso²

Ana Carina Sabadin³

Resumo: Este ensaio objetiva apontar possibilidades de problematização das desigualdades sociais no Brasil a partir de uma sociologia direcionada para o tema dos conflitos agrários e ambientais no século XXI. Para tanto, revisita os temas e trajetos teórico-analíticos empreendidos pelo Grupo de Pesquisa CNPq Ruralidades, Ambiente e Sociedade - RURAS, com vista ao desenvolvimento de um programa de pesquisas que atravessa as condições de produção de desigualdades socioambientais.

Palavras-chave: Ruralidades e meio ambiente. Desigualdades socioambientais. Conflitos agrários. Conflitos socioambientais. Ruralidades contemporâneas.

Ruralities, environmental and society: researches paths

Abstract: This essay aims to point out possibilities of problematizing social inequalities in Brazil from sociology directed to the theme of agrarian and environmental conflicts in the 21st century. Therefore, it revisits the themes and theoretical-analytical paths undertaken by the Research Group CNPq Ruralidades, Ambiente e Sociedade - RURAS, with a view to developing a research program that crosses the conditions of production of socio-environmental inequalities.

Keywords: Ruralities and environment. Socio- environmental inequalities. Agrarian conflicts. Socio-environmental conflicts. Contemporary ruralities.

¹ Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. É bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. <http://orcid.org/0000-0003-2700-3319>. rmartins@ufscar.br.

² Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP. <https://orcid.org/0000-0002-0180-1737>. jessicapires.cardoso@gmail.com.

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP. <https://orcid.org/0000-0001-6581-1312>. acsabadin@gmail.com.



1. Introdução

Uma das contribuições mais relevantes que as ciências sociais produziram desde o final do século XIX foi a consolidação da diversidade explicativa como mérito do processo de produção do conhecimento. Isto é, o lançamento de diferentes olhares e recortes produz resultados diversos nas ciências sociais, e esta diversidade cumpre um importante papel no enriquecimento das formas de leitura e, conseqüentemente, das formas de construção da política na contemporaneidade.

No Brasil, a compreensão dos processos de desigualdade social adquiriu abrangência desde o final do século XX. Às abordagens mais usuais de leituras deste fenômeno – tais como aquelas baseadas nos recortes de classe, raça e gênero – se somaram novas construções analíticas, com entradas alternativas via novos marcos identitários e políticos. Dentre estes marcos, a questão ambiental se firmou como dimensão relevante que atravessa os diferentes alcances da pesquisa sociológica.

Os estudos rurais foram particularmente impactados pela emergência da questão ambiental. Conforme sistematização bibliográfica realizada por Martins e Cunha (2020), desde o início da década de 1970, a expressão *meio ambiente rural* passou a ganhar corpo, sendo então problematizada pelas ciências sociais em termos de construção histórica. A partir da década de 1980, a temática ambiental se consolidou nos estudos rurais como eixo transversal, indicador de um novo patamar de relações com os fluxos urbanos e com as demandas globais por sustentabilidade, conservação da paisagem natural e segurança alimentar.

Em diálogo com este debate internacional, alguns grupos de pesquisas no Brasil trabalharam, desde o início dos anos 2000, na problematização de temas que articulam as dimensões ambientais das desigualdades sociais nos territórios rurais do país. O RURAS – Grupo de Pesquisas em Ruralidades, Ambiente e Sociedade –, criado em 2010 no Departamento de Sociologia e estruturado nas atividades do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFSCar, segue desenvolvendo um programa de pesquisas cujo eixo atravessa as condições de produção de desigualdades socioambientais. O objetivo deste ensaio é justamente recuperar os temas e os trajetos analíticos empreendidos pelo grupo no campo de estudos de ruralidades e meio ambiente. Assim, o propósito maior do texto não é lançar luzes sobre os trabalhos do grupo, mas sim apontar as possibilidades de problematização das desigualdades sociais no Brasil a partir de uma sociologia direcionada para o tema dos conflitos agrários e ambientais no século XXI.



2. Ruralidades e desigualdades socioambientais: temas e objetos

Os estudos sobre desigualdades sociais na sociologia brasileira possuem diferentes estratégias de formulação do objeto de análise. Repertoriar estas estratégias certamente demandaria um esforço de amplo espectro, posto que se teria necessariamente de atravessar temas e matrizes teóricas distintas. Desde os estudos pioneiros sobre sociedade de classes e questão racial (FERNANDES, 2008a; HASENBALG, 2005), passando pelos marcadores de gênero (SAFFIOTI, 2013), pelo debate sobre subcidadania (SOUZA, 2003) e chegando recentemente ao tema das diferenças (COSTA, 2019), os estudos sobre desigualdades na sociologia pouco se dedicaram às sociabilidades rurais. A rigor, por décadas se manteve a crença social (e, em certos círculos, também a crença sociológica) de que os territórios rurais fossem espaços a serem urbanizados pelas instituições modernas. Neste sentido, o rural seria uma etapa do arcaico, do atraso, na qual a desigualdade social seria um dado intrínseco. Face a seu caráter de trânsito, o rural não mereceria maiores atenções das sociologias específicas, cujos objetos – tais como trabalho, cultura, religião ou relações raciais – seriam formulados no escopo e para a explicação das sociabilidades próprias do espaço urbano.

Coube à sociologia rural brasileira, portanto, estabelecer os canais de diálogo com as sociologias específicas para interpretar os fenômenos próprios dos territórios rurais no país. Assim, a sociologia rural assimilou o diálogo interdisciplinar, e mesmo o diálogo com diferentes campos da sociologia, como um de seus fundamentos epistêmicos. E deste esforço de diálogos resulta sua condição no debate sobre as sociabilidades contemporâneas, nas quais o rural se mantém como presente e se projeta como futuro. O rural torna-se compreendido simultânea e complexamente como território e como construção simbólica, em um *continuum* com os espaços urbanos no qual as modalidades de circulação de pessoas, objetos e relações seguem caminhos peculiares à nossa história agrária. O próprio conceito *rural* é então deslocado da fixidez espacial e lançado à fluidez das relações amparadas na reinvenção permanente dos desencaixes espaço-temporais – desencaixes, aliás, que marcam a emergência da moderna questão ambiental (GIDDENS, 2009; URRY, 2011). Revelam-se, assim, dinâmicas plurais, grupos e classes sociais variadas e modalidades próprias de agenciamentos de práticas sociais, no sentido de que o rural – ou a ideia de – também produz subjetividades. Esta produção justificaria o alcance de ruralidades plurais, geradas em movimentos de diferentes escalas (MARTINS, 2014).

Neste contexto, a incorporação da questão ambiental pela sociologia rural sugere, desde a década de 1990, potenciais analíticos de grande monta. Dentre estes caminhos analíticos, está a problematização das desigualdades sociais no campo decorrentes, ou reproduzidas, pelos conflitos socioambientais. As



pesquisas desenvolvidas no RURAS vêm, em grande medida, transitando nesse caminho.

Embora a problematização das desigualdades seja transversal às pesquisas revisitadas⁴, é possível ainda notar nuances nas formas pelas quais esta problemática é mobilizada. Isso se justifica tanto pela diversidade de recortes, abordagens e escalas das pesquisas quanto pelas entradas analíticas demandadas por cada uma delas. Longe de esgotar as possibilidades de interpretação e de diálogos entre e a partir destes estudos, o esforço deste tópico consiste em ir ao encontro dessas nuances a partir da identificação de três temas centrais: *desigualdades de saberes*; *desigualdades produzidas pelo aparelho burocrático estatal* e *desigualdades de uso e acesso aos recursos naturais*. Vale dizer que tais temas possuem fronteiras borradas, nem sempre com demarcação explícita. A escolha de explorá-los individualmente permite potencializar e expor novas possibilidades às reflexões acerca das desigualdades ambientais nos territórios rurais.

O primeiro tema refere-se às *desigualdades de saberes*, identificadas na construção de políticas e tomadas de decisão em arenas públicas que pautam sobre as formas de uso e gestão dos recursos naturais. Seja em âmbito global (ESPINOZA, 2016), nacional (CAMPREGHER, 2020) ou local (ARBAROTTI, 2018; ANDRADE, 2015; LIMA, 2012), nota-se a expressão de um saber hegemônico, amparado na tecnociência, capaz de produzir políticas de gestão e, por conseguinte, ausências no alcance participativo de grupos que não se relacionam com as formas legítimas dessa visão do mundo social.

Inscritos nessas diferentes esferas que se pretendem participativas e democráticas – como o Conselho Mundial da Água (ESPINOZA, 2016), os Comitês de Bacia Hidrográfica (ANDRADE, 2015; ESPINOZA, 2011; LIMA, 2012) e regulamentos e legislações nacionais que propõem a gestão dos recursos hídricos, como a Lei das Águas (CAMPREGHER, 2020) –, observa-se que as disputas pela gramática legítima e a aceitabilidade dos discursos não dependem do desejo dos agentes ou setores em nomear e constituir um mundo social, mas a eficácia simbólica da construção da realidade social e o alcance nos espaços participativos necessitam dos capitais simbólicos mobilizados na ação (ESPINOZA, 2011; CAMPREGHER, 2020; GAMEIRO, 2013). No avesso desse saber, têm-se as experiências daqueles que criam estratégias e formas de resistências cotidianas ante as disputas para a garantia de uso e acesso à água (ARBAROTTI, 2018).

Um segundo tema presente nas pesquisas do RURAS corresponde às *desigualdades produzidas pelo aparelho burocrático estatal*. A investigação mais aprofundada de políticas voltadas aos espaços rurais aponta tanto a disparidade de interesses existentes em termos de sua elaboração (SABADIN,

⁴ Para este ensaio são consideradas apenas teses e dissertações já finalizadas. O site do RURAS disponibiliza os resumos das pesquisas em andamento e demais publicações do grupo, sejam elas individuais ou coletivas (www.ruras.ufscar.br).



2017) quanto os efeitos socioambientais por elas produzidos (CARDOSO; SABADIN, 2021). No primeiro eixo, é possível identificar não só a valorização de determinados *saberes*, mas também a mobilização de recursos de poder por setores e agentes econômicos específicos visando à manutenção de suas posições no espaço social (GAMEIRO, 2017; SABADIN, 2017). Estratégia semelhante pode ser observada na elaboração de projetos de grandes empreendimentos instalados em territórios rurais (CARDOSO; 2016; MACIEL, 2016; POQUIVIQUI, 2019).

Enquanto estes últimos se pautam em justificativas centradas na noção de bem-comum – como a criação de empregos, o desenvolvimento local/regional e o progresso econômico –, as políticas e regulamentações socioambientais se destacam pelo apelo à sustentabilidade. Nesses meandros, o papel desempenhado pelas esferas burocráticas estende-se ao mascaramento de conflitos e contradições, as quais desnudam os processos de acumulação capitalista e os efeitos das transformações provocadas nas dinâmicas agrárias e socioambientais dos territórios (GAMEIRO, 2017; REIS, 2013; SABADIN, 2017). O segundo eixo das pesquisas inseridas nas desigualdades produzidas pelo aparelho burocrático preocupa-se com estes efeitos capazes de atravessar o cotidiano das populações rurais, ribeirinhas e quilombolas (CARDOSO, 2016; MENDES, 2020; POQUIVIQUI, 2019, REIS, 2013).

Os territórios rurais, marcados por esses recursos, se tornam um objeto privilegiado para uma reflexão que não se encerra na dimensão material dessas desigualdades. Até aqui, os demais temas mobilizados puderam indicar o rural enquanto um espaço permeado por disputas, as quais propiciam o acesso e, na mesma medida, resultam no uso restrito dos recursos naturais por parte de determinados grupos e setores econômicos, seja lançando luz nas dimensões de disputas agrárias que englobam o espaço rural (ARBAROTTI, 2018), ou mesmo nas novas ruralidades⁵ que compõem esse território (CARDOSO, 2016; MADUREIRA, 2013; OLIVEIRA, 2020). Na esteira dessas discussões, encontra-se um terceiro tema transversal às pesquisas do RURAS: *as desigualdades de uso e acesso aos recursos naturais*.

Uma investigação pormenorizada dessas disputas abre espaço para a problematização das injustiças ambientais, do racismo ambiental e das desigualdades de gênero experienciadas em meio aos processos de acumulação capitalista (ARAÚJO, 2014; CARDOSO, 2016; MENDES, 2020; POQUIVIQUI, 2019). Central a esse conjunto de estudos, está a identificação de que custos e benefícios das mudanças socioambientais são desigualmente distribuídos, refletindo, assim, no reforço de desigualdades de classe, de raça, de etnia e de gênero. A multiplicidade de análises demonstra ainda que o alcance dos riscos resultantes das desigualdades socioambientais e rurais supera os

⁵ A noção de “novas ruralidades” pretende romper com as oposições binárias espaciais entre rural e urbano, reconhecendo a presença de múltiplas sociabilidades e articulações distintas inseridas em uma mesma localidade (CARNEIRO, 2012).



limites e as fronteiras regionais, perfazendo as realidades das regiões Norte (ARAÚJO, 2014), Centro-oeste (POQUIVIQUI, 2019), Nordeste (MACIEL, 2016) ou Sudeste (ARBAROTTI, 2018; CARDOSO, 2016).

Em interface a essas análises, os recursos naturais são apreendidos por sua dimensão subjetiva, que contribui para a reflexão desse rural enquanto uma construção simbólica. Assim, a proximidade ao território rural também revela um espaço preenchido por identidade, sociabilidade e memória, no qual o sentimento de pertencimento e os vínculos singulares transformam esse local em um “espaço de vida”, não mais restrito apenas a um espaço produtivo (ARBAROTTI, 2018; CARDOSO, 2016; OLIVEIRA, 2020) do país.

3. Fundamentos epistêmicos e arranjos analíticos

A estratégia metodológica de classificar as pesquisas revisitadas em três temas das desigualdades socioambientais funciona como recurso para explorar os fundamentos epistêmicos e os arranjos analíticos mobilizados e construídos pelo RURAS. Percorrer esses fundamentos e arranjos a partir de cada um dos temas, em contrapartida, requer a triagem de categorias que são comuns às pesquisas revisitadas. Optando por esse caminho, a despeito do risco de não abarcar toda a costura de diálogos propostos por cada uma dessas pesquisas, é possível lançar luz àquilo que ampara a questão das desigualdades no campo das temáticas rural e ambiental para além de casos individuais.

O tema das *desigualdades de saberes* tenciona duas correntes teóricas distintas que dão suporte às análises dos trabalhos revisitados. Por meio dos fundamentos de Michel Foucault (2014; 2017) sobre a noção de discurso de verdade e as noções de verdade e saber-poder, bem como das análises de Pierre Bourdieu (2008) acerca da formação de um mercado simbólico dos discursos, reflete-se sobre a expressão e as ausências de saberes nas arenas participativas e na formação de políticas de gestão ambiental e territorial (ANDRADE, 2015; CAMPREGHER, 2020; LIMA, 2012). Concretamente, estes aportes teóricos dão centralidade à eficácia do conhecimento científico para a produção, distribuição e circulação de enunciados legítimos no campo ambiental. Em interface com esse movimento, o suporte teórico apresentado traz à baila, ainda, um conjunto de valores e saberes abafado por essa lógica técnico-racionalista que, fundamentada em um suporte institucional, estrutura decisões políticas.

Já o tema das *desigualdades produzidas pelo aparelho burocrático estatal* tem como alicerce a reflexão sobre o Estado, compreendido enquanto um campo de lutas concorrenciais. Categorias bourdieusianas como autoridade, poder e dominação contribuem no entendimento das contradições produzidas e reproduzidas dentro desse campo, visando à garantia de recursos de poder por parte de grupos ou agentes específicos (BOURDIEU, 2010; 2014). As



pesquisas revisitadas ainda articulam estas categorias com a matriz histórica do Estado brasileiro, traçando um singular diálogo com os trabalhos de Florestan Fernandes (2008b) e Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997), os quais partem da herança oligárquica como fundamento da conservação de posições e interesses nesta decisiva arena de circulação do poder.

Transpondo esse alicerce para a construção de políticas socioambientais, e a fim de avançar sobre as relações entre agentes e grupos específicos que disputam pelos recursos simbólicos desse campo, as pesquisas agregam a seu arranjo analítico a sociologia das justificações, tal como proposta por Luc Boltanski e Laurent Thévenot (2020). Esses autores fornecem um suporte importante para vislumbrar novas estratégias de agentes e setores específicos diante dos desacordos frente à crescente demanda por preservação ambiental. Como resultado das pressões internacionais, há uma movimentação estratégica de setores econômicos de incorporação da *crítica* para então lograr acordos que, ao fim e ao cabo, permitem a acumulação do capital.

No tocante ao tema das *desigualdades de uso e acesso aos recursos naturais*, duas categorias ganham centralidade: experiência e injustiça socioambiental. A primeira delas, resgatada de Edward P. Thompson (1981), reinsere mulheres e homens no curso da história como *sujeitos históricos*, tecidos em circunstâncias contingentes e dotados de “agência” que lhes permite refletir e “tratar” sobre acontecimentos da realidade social. Situar esses indivíduos no processo histórico, reconhecendo que os mesmos compartilham valores, normas e regras apreendidas como sentimentos por meio de uma vivência comum, e que intervêm ativamente em determinados acontecimentos, contribui para identificar, a partir da experiência de cada agente, uma dimensão ampla do mundo rural que desessencializa a figura do camponês e supera uma identidade idealizada na história e na própria produção de sentidos sobre a história.

A segunda categoria problematiza o alcance desigual e diferenciado dos riscos frente aos efeitos das desigualdades ambientais e rurais no Brasil. Reflexão trilhada por um conjunto de pesquisadores contemporâneos (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009; MARTINS, 2015), tais considerações revelam uma exposição desproporcional dos riscos ambientais a certos sujeitos que carregam em seus corpos marcadores sociais de diferença, como classe, raça, etnia e gênero. Por conseguinte, as pesquisas revisitadas ponderam acerca da distribuição objetiva dos efeitos negativos dos riscos ambientais a grupos e corpos específicos, exprimindo, assim, a diferença de poder de grupos sociais sobre os recursos ambientais, bem como a prevalência dos interesses ambientais de certos sujeitos sociais sobre os mais despossuídos.

Este breve percurso pelos fundamentos epistêmicos elucida o despreendimento de uma leitura ortodoxa de vertentes da teoria sociológica. No que concerne às pesquisas revisitadas do RURAS, isso se dá por algumas razões. A primeira delas indica que é a partir da própria realidade empírica que



nascem as demandas por teorias, conceitos e categorias – e não o contrário. Embora munidos de lentes analíticas, os pesquisadores e pesquisadoras utilizam-nas enquanto artefato nas imersões de campo, e não como um fato. Outra razão considera que uma leitura engessada de quaisquer uma das vertentes provocaria não apenas uma interpretação também engessada de determinado fenômeno, como ainda impossibilitaria o exercício da imaginação sociológica. A este respeito, há de acrescentar que a liberdade dos pesquisadores e pesquisadoras na escolha de suas próprias lentes analíticas movimenta e oxigena a construção do conhecimento, sem que haja uma perda do rigor científico.

Não descolada dessas razões, tem-se uma multiplicidade de diálogos possíveis entre vertentes teóricas distintas – contrastantes ou não – em busca da ampliação das margens do possível na explicação sociológica.

4. Considerações finais

A partir de uma leitura voltada ao tema dos conflitos agrários e ambientais, a discussão apresentada neste ensaio buscou contribuir com os estudos dedicados às desigualdades sociais no Brasil contemporâneo. O percurso do texto priorizou os diálogos tecidos no âmbito do grupo de estudos RURAS, o qual vem se dedicando à interface da sociologia rural e ambiental ao longo de sua trajetória.

Apresentar os temas centrais de pesquisas já concluídas por pesquisadores e pesquisadoras do grupo foi a primeira estratégia lançada para avançar na problematização dessas desigualdades. Com esse propósito, explorou-se os subtemas das desigualdades de saberes, das desigualdades produzidas pelo aparelho burocrático estatal e das desigualdades de uso e acesso aos recursos naturais. Essa estratégia possibilitou não apenas revisitar aspectos transversais na produção do grupo, como também sinalizar debates mais amplos envoltos nessa temática, dentro e fora da sociologia.

Nessa linha, outro ponto de alcance deste ensaio foi explorar os principais fundamentos epistêmicos e arranjos analíticos mobilizados e construídos pelo RURAS para ponderar acerca dessas desigualdades. Viu-se, no entanto, que uma das premissas assumidas coletivamente foi a esquivas de uma leitura ortodoxa de vertentes teóricas da sociologia. A esse respeito, traçou-se ainda alguns pontos que convidam à reflexão sobre a imaginação sociológica e a construção do conhecimento científico.

Do trânsito nos três temas transversais às pesquisas revisitadas foi possível também visualizar a costura de fundamentos epistêmicos, tão cara aos percursos trilhados pela própria sociologia rural, seus temas e objetos. Para essa sociologia, priorizar a articulação entre empiria e teoria implica ainda em considerar que as experiências da sociedade por ela observadas



relacionam-se diretamente com as metamorfoses da própria natureza – e, porque não, da própria *ideia* de natureza (WILLIAMS, 2011). Nesse sentido, trata-se de uma sociologia que caminha atenta às transformações do mundo físico e às relações tecidas a partir da interação da sociedade com esse mundo. As pesquisas do RURAS guiam-se por esse percurso, procurando fluir por essas metamorfoses e ideias que sustentam a sociologia rural contemporânea.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecilia Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo. G. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

ANDRADE, Clarissa Perci de. **Metamorfoses na tecnocracia da água: um estudo sobre o campo burocrático ambiental**. 2015. 106f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Educação e Ciências Humanas - UFSCar, São Carlos, 2015.

ARAÚJO, José Augusto Carvalho. **Cultura da terra, cultura das águas: o fenômeno da transumância em Marabá (PA)**. 2014. 1962f. Tese (Doutorado) - Centro de Educação e Ciências Humanas - UFSCar, São Carlos, 2014.

ARBAROTTI, Alexsandro Elias. **Disputas e hierarquias no acesso à água em assentamentos de reforma agrária**. 2018. 358f. Tese (Doutorado) - Centro de Educação e Ciências Humanas - UFSCar, São Carlos, 2018.

BOLTANSKI, Luc; THÈVENOT, Laurent. **A justificação: sobre as economias da grandeza**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. O que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **O poder simbólico**. 14^aed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014

CAMPREGHER, Raiza. **Ciência e política na reforma da gestão de recursos hídricos no Brasil: a participação da Associação Brasileira de Recursos Hídricos**. 2020. 190f. Tese (Doutorado) - Centro de Educação e Ciências Humanas - UFSCar, São Carlos, 2020.

CARDOSO, Jéssica Pires. **Trajetórias de vida e de classe: um estudo sobre rearranjos territoriais e identitários na implantação da usina hidrelétrica de**



Jaguara. 2016. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Educação e Ciências Humanas - UFSCar, São Carlos, 2016.

_____. ; SABADIN, Ana Carina. Escavando as águas, apagando as chamas: uma análise preliminar da dinâmica socioambiental da expansão canavieira paulista sobre a área de afloramento do Aquífero Guarani. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, IX, 2021, online. **Anais...**, 2021, p. 1-35.

CARNEIRO, Maria José. Do rural como categoria de pensamento e como categoria analítica. In:_____. **Ruralidades Contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012. p. 23-50.

COSTA, Sérgio. Desigualdades, interdependência e políticas sociais no Brasil. In: PIRES, Roberto Rocha (org). **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2019, p. 53-77.

ESPINOZA, Rodrigo de Freitas. **Do discurso sobre natureza à natureza do discurso: o caso do parlamento das águas**. 2011. 142f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Educação e Ciências Humanas - UFSCar, São Carlos, 2011.

_____. **Rivalidade entre os polos: a construção discursiva do Conselho Mundial da Água**. 2016. 242f. Tese (Doutorado) - Centro de Educação e Ciências Humanas - UFSCar, São Carlos, 2016.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes** (vol. 1). 5ªed. São Paulo: Ed. Globo, 2008a.

_____. **A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica**. 2ª reimpressão. Editora Globo, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2014.

_____. Verdade e Poder. In: _____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4ª edição. São Paulo. Fundação Editora Unesp, 1997.

GAMEIRO, Mariana Bombo Perozzi. **O fetiche da mercadoria “verde”: a questão ambiental na construção social da imagem do etanol brasileiro**. 2017.



311f. Tese (Doutorado) - Centro de Educação e Ciências Humanas - UFSCar, São Carlos, 2017.

GIDDENS, Anthony. **The politics of climate change**. Cambridge: Polity Press, 2009.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte, Ed UFMG, 2005.

LIMA, Márcio Junior Teixeira de. **Municipalidades na governança das águas: hierarquias e interdependências**. 2012. 106f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Educação e Ciências Humanas - UFSCar, São Carlos, 2012.

MACIEL, Jeanne Mariel Brito. **Entre o canavial e o porto: identidades e trajetórias dos trabalhadores rurais na Zona da Mata Sul de Pernambuco**. 2016. 242f. Tese (Doutorado) - Centro de Educação e Ciências Humanas - UFSCar, São Carlos, 2016.

MADUREIRA, Gabriel Alarcon. **A ressignificação da questão ambiental em contexto de ruralidade: para uma leitura crítica do Paradoxo de Giddens**. 2013. 169f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Educação e Ciências Humanas - UFSCar, São Carlos, 2013.

MARTINS, Rodrigo Constante. Pensando as ruralidades contemporâneas. In: MARTINS, Rodrigo Constante (org.). **Ruralidades, trabalho e meio ambiente: diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas**. São Carlos: EdUFSCar/FAPESP, 2014, p. 07-12.

_____. ; CUNHA, Luis Henrique. Ruralidades e meio ambiente: a constituição de um campo de investigação na sociologia. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v.92, p.1-29, 2020.

_____. Fronteiras entre desigualdade e diferença da governança das águas. **Ambiente & Sociedade**, n. 18, n.1, 2015, p.211-228.

MENDES, Giovana Rosangela Ferreira. **Injustiça socioambiental nos cruzamentos da história e memória: comunidade quilombola Nossa Senhora do Chumbo**. 2020. 224f. Tese (Doutorado) - Centro de Educação e Ciências Humanas - UFSCar, São Carlos, 2020.

OLIVEIRA, Priscila Silveira de. **Cultura, Poder e Meio Ambiente: Sociologia dos trânsitos identitários de uma comunidade rural**. 2020.186f. Tese (Doutorado) - Centro de Educação e Ciências Humanas - UFSCar, São Carlos,



2020.

POQUIVIQUI, Agilson. **Racismo ambiental e violência identitária: um estudo sociológico dos impactos socioambientais de projetos de barragens no estado do Mato Grosso.** 2019. 253f. Tese (Doutorado) - Centro de Educação e Ciências Humanas - UFSCar, São Carlos, 2019.

REIS, Tainá. **Propriedade e renda fundiária: configurações contemporâneas do rural paulista.** 2013. 136f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Educação e Ciências Humanas - UFSCar, São Carlos, 2013.

SABADIN, Ana Carina. **Das estratégias às justificações: uma análise da construção política do Protocolo Agroambiental Paulista.** 2017. 145f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Educação e Ciências Humanas - UFSCar, São Carlos, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** 3ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: por uma sociologia política da modernidade periférica.** Belo Horizonte: Editora UFMG / Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

URRY, John. **Climate Change and Society.** Cambridge: Polity Press, 2011.

WILLIAMS, Raymond. Ideias sobre a natureza. In: _____. **Cultura e Materialismo.** Tradução André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Como citar este ensaio:

MARTINS, Rodrigo Constante; CARDOSO, Jéssica Pires; SABADIN, Ana Carina. Ruralidades, ambiente e sociedade: percursos de pesquisas. **Áskesis**, São Carlos - SP, v. 11, n. Edição especial, p. 80-91, dezembro, 2022.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/11EE22.790>

Data de submissão do ensaio: 28/07/2022

Data da decisão editorial: 07/12/2022